



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**ALOCUÇÃO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
E MINISTRO DA DEFESA E SEGURANÇA
KAY RALA XANANA GUSMÃO NA COLLEGE OF LAW DA
UNIVERSIDADE DAS FILIPINAS**

“PAZ E RECONCILIAÇÃO – A EXPERIÊNCIA DE TIMOR-LESTE”

**7 de Junho de 2013
Manila**

Excelência, Senhor Alfredo E. Pascual, Presidente da Universidade das Filipinas,
Representantes do Corpo Diplomático,
Excelências,
Senhoras e Senhores,

É com grande honra e satisfação que estou aqui hoje, nesta centenária instituição de ensino superior, e uma das mais prestigiadas das Filipinas, que tradicionalmente tem vindo a ser uma escola de formação para os líderes e outros oficiais superiores no vosso país.

Quero agradecer à College of Law da UF o convite para proferir esta palestra e pela organização deste evento. Eu que nunca passei pelos bancos da Universidade, como todos vocês aqui, sinto-me verdadeiramente privilegiado.

Este lugar, como o Reitor e Fernando Peña lembraram, tem um significado muito especial para a luta de Timor-Leste, já que foi aqui que a *Coligação da Ásia-Pacífico por Timor-Leste*, mais conhecida como APCET, nasceu. A APCET foi durante muitos anos e continua a ser uma grande defensora dos direitos dos Timorenses e eu estou encantado de ter reencontrado o meu grande amigo e desde sempre combatente da liberdade pela causa timorense, Gus Miclat. Ainda me lembro quando o meu representante especial na altura, José Ramos-Horta, veio a Manila para participar numa reunião da APCET e leu a minha mensagem escrita na prisão de Cipinang. Fui chamado pelos serviços de inteligência militar indonésios e sujeitado a um interrogatório difícil. Mas fiquei contente de saber que tínhamos amigos no exterior que se preocupavam em fazer ouvir a nossa causa.

O mundo actual enfrenta sérios problemas, inimagináveis mesmo no período de Guerra Fria.

A recessão mundial que afecta o velho continente e os próprios Estados Unidos da América, vêm agora atrasar, ainda mais, os esforços de desenvolvimento destes países mais pobres, ao mesmo tempo que atiram milhares de pessoas para o desemprego nos países ditos desenvolvidos.

As manifestações, tumultos e actos de violência nestes Estados, que descobrem da maneira mais difícil que não podem assegurar a sua função de Estado Social, expressam os sentimentos nestas sociedades, que antes apregoavam a paz no mundo.

A ironia de tudo isto é que os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos são sempre julgados por más práticas de governação e gestão, enquanto os países desenvolvidos cometem actos ainda mais graves de irresponsabilidade, prejudicando gravemente a vida dos seus próprios cidadãos e pondo em causa a sobrevivência de centenas de milhões de pessoas, e que, em muitos casos, são altamente ofensivos à integridade e à soberania dos países fracos e pobres.

Os sonhos da Primavera Árabe acabaram por se tornar um pesadelo para a região, especialmente para o povo da Síria. Os gritos pela liberdade e pela democracia que, em tempos, surpreenderam o mundo, foram substituídos por ecos distantes de populações massacradas, alheias aos benefícios de potências estrangeiras para os quais o diálogo e a diplomacia não chegam para defender os seus interesses geoestratégicos.

As circunstâncias no Iraque e no Afeganistão comprovam que a paz e a democracia não podem ser impostas pela guerra e que a reconciliação e a harmonia no tecido social dos países em crise, são premissas fundamentais para a paz. A África continua a estar ferida por dentro, no corpo e na mente.

Ao mesmo tempo, a região da Ásia-Pacífico e os seus sucessos são comentados pelos grandes e poderosos, pelos políticos e pelos economistas, pelos diplomatas e militares, e nos círculos financeiros e empresariais. Acabei de vir do Diálogo de Shangri-La onde as relações entre a China e os Estados Unidos e ameaças emergentes dominaram as discussões. Diz-se que este é o "Século Asiático", com as nações da Ásia a dominar a geopolítica mundial e onde as grandes potências lutam pelos seus interesses na região.

No entanto, todos sabemos os desafios que enfrentamos, desde as tensões regionais, às disputas territoriais, passando por ameaças nucleares e, até mesmo, conflitos latentes que podem surgir pela competição de bens cada vez mais escassos.

E é neste contexto, neste mundo às avessas, que falamos de Paz e Reconciliação.

É sem dúvida mais fácil criar a guerra que construir a paz. É mais fácil instigar a desconfiança do que edificar a tolerância e o entendimento mútuo entre as nações, porque é mais fácil salvaguardar os interesses de uns poucos poderosos do que o bem-estar de todos.

Os princípios da igualdade e da honestidade têm que primar nas relações entre os Estados, enquanto condição indispensável para criar e aprofundar os laços de cooperação, fundada na confiança mútua e no respeito mútuo.

Um novo paradigma mundial não pode ser adiado, porque o sistema estabelecido – com raiz numa análise superficial que está a influenciar a forma como as decisões são tomadas para reduzir o sofrimento da humanidade e garantir um pequeno pedaço de dignidade a todo e qualquer ser humano – já deu provas, de acordo com minha humilde interpretação, de ser pouco saudável e incapaz de garantir soluções sustentáveis a longo prazo.

Excelências
Senhoras e senhores,

Timor-Leste, uma meia-ilha situada num recanto do sudeste asiático, onde se encontram milhares de pequenas e grandes ilhas, incorporando a Indonésia e, mais a sul, a Austrália e as Ilhas do Pacífico, não ficou isento das consequências da história global do século passado, incluindo o desfecho da Guerra Fria.

Vivemos vários séculos de dominação colonial portuguesa que foram também preenchidos por lutas independentistas. Entre 1941 e 1945 sofremos a ocupação japonesa que, apesar da sua curta duração, aconteceu em todo o território, matando cerca de 60 mil pessoas.

Ao acreditar nos estudos da época, o povo timorense não teria sofrido tanto se as forças australianas não tivessem vindo para Timor-Leste com o propósito de travar a invasão da Austrália, pelos japoneses baseados no nosso território.

Também segundo os historiadores, já em 1963, em Washington, os EUA, a Inglaterra, a Austrália e a Nova Zelândia concordaram secretamente com a integração de Timor-Leste na Indonésia, como melhor solução para a paz mundial.

Após cerca de quatro séculos de colonização europeia e um ano depois da Revolução dos Cravos em Portugal, a 28 de Novembro de 1975, declaramos unilateralmente a nossa independência.

No entanto, nós os Timorenses encetámos uma breve guerra civil, causada por diferenças ideológicas que foram em parte incitadas por ambições estrangeiras de ocupar Timor-Leste. Tragicamente, nove dias depois, éramos brutalmente invadidos pela Indonésia, com a luz verde dos Estados Unidos.

Aliás, a terrível guerra de 24 anos não teria durado tanto tempo se os Estados Unidos, o Reino Unido, a França e a Alemanha não tivessem fornecido armas, tanques de guerra, aviões e treino a oficiais indonésios, para melhorarem a sua capacidade de combate, com o objectivo de aniquilar a resistência do pequeno exército de guerrilha.

Por outro lado, a nossa vizinha Austrália, na altura, não só foi o único país ocidental a reconhecer a integração, como assina ainda em 1989, com a Indonésia, o acordo de partilha das riquezas do mar de Timor.

Durante o período da ocupação morreram centenas de milhares de timorenses. Durante mais de duas décadas, o povo timorense sofreu e lutou sozinho, sem nenhum apoio militar do exterior. As famílias timorenses, incluindo as nossas mulheres e crianças, passaram por privações e abusos indescritíveis.

Em várias regiões, milhares de timorenses foram abatidos em operações de limpeza sistemáticas; a fome, o cansaço e a doença foram dilacerando os que sobreviviam ao poder das armas.

Da nossa parte, levou-nos alguns anos e muita destruição, até nos apercebemos da necessidade de unir os timorenses em torno do ideal comum de independência que implicava a reconciliação das nossas diferenças. Ainda que, desde sempre, o nosso apelo para com os indonésios fosse pela paz, fomos fiéis ao mote “independência ou morte”, já que sabíamos que se resistíssemos, juntos, poderíamos vencer.

Esta percepção surgiu do próprio povo e é esta grandeza de espírito de conseguir perdoar e reconciliar que tem vindo a permitir a concretização dos nossos sonhos.

Entretanto, veio finalmente o Referendo de 30 de Agosto de 1999 e os resultados levaram novamente à violência exasperada de quem não aceitou a escolha democrática da maioria.

Apesar da destruição moral, psicológica e política e da violência e destruição física do já então empobrecido país, o anseio do nosso povo de viver em paz, não esmoreceu.

A tolerância sobrepôs-se à vingança e o perdão sobrepôs-se ao ódio.

Sabíamos que a independência e os sacrifícios aceites pelo povo não teriam valor e que não conseguiríamos instituir a harmonia social, se os corações dos timorenses estivessem carregados de ódio e de necessidade de vingança.

A paz não é só pôr fim à guerra! A paz implica também que ao longo do tempo as feridas sejam saradas, através de decisões e políticas pragmáticas que terminem com o ódio, com a vingança e com a desconfiança. Porque viver em paz é viver livre destes sentimentos corrosivos, significa viver reconciliado com os nossos inimigos e, principalmente, connosco mesmos, individual e colectivamente.

Foi assim que o nosso povo perdoou os irmãos e irmãs timorenses que fugiram para a Indonésia e lhes pediu que voltassem, mesmo aqueles que tinham defendido e lutado pela integração, para juntos erguermos o país. E, é importante dizer, o povo timorense abraçou o desígnio de estabelecer uma relação de abertura e solidariedade com o povo indonésio, para que ambos pudessem prosperar.

Percebemos, também através das experiências de outros países em situação pós-conflito, que mantendo o ódio e a desconfiança no seio da nossa sociedade, não seria possível construir a Nação.

A reconciliação constitui um pré-requisito para a estabilidade nacional e esta constitui por sua vez um requisito para o desenvolvimento.

Estabelecemos a CAVR (Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação), a primeira comissão de reconciliação criada na nossa região asiática. Fomos pioneiros na promoção dos Direitos Humanos, com um modelo que apura a verdade sobre as violências perpetradas e ajuda as pessoas a lidarem com essa verdade.

As reuniões de reconciliação entre os timorenses, que decorreram no ano de 2000, ao longo da fronteira com a Indonésia, foram momentos comoventes. Não só pelo reconhecimento das atrocidades cometidas pelos actores, mas, sobretudo, pela capacidade de perdoar das vítimas. Como resultado, milhares de refugiados que tinham fugido para a Indonésia e que temiam a sua aceitação num Timor-Leste independente, voltaram e foram bem recebidos pelos seus irmãos e irmãs.

Este foi o primeiro passo decisivo para construir a nossa Nação!

Neste processo crítico valeu-nos a nossa tradição ancestral de praticar a reconciliação, a que chamamos de “badame”. “Ba” “dame”, significa literalmente “ir pela paz” e é uma tradição de desculpa pública em Timor-Leste, com o perpetrador a confessar publicamente os seus crimes à vítima, perante os anciões e membros da comunidade.

Este tipo de desculpa pública é uma condição indispensável para a reinserção do perpetrador na comunidade e para reparar a reputação da vítima, através do diálogo e com a participação de toda a comunidade.

A reconciliação de cada indivíduo com o “outro” e com a sociedade, dependem em grande medida da capacidade de se reconciliar consigo mesmo. Esta é a parte mais difícil do processo de reconciliação, já que qualquer guerra começa no interior do indivíduo e nunca entre dois indivíduos.

Excelências
Senhoras e senhores,

Também com os nossos vizinhos indonésios, remetemos para o passado o que era passado e a reconciliação entre os nossos dois povos foi possível. As ofensas cometidas foram analisadas com muita coragem, especialmente por parte das vítimas, tendo assim podido iniciar um processo de cooperação e amizade entre estes dois países que em muito tem contribuído para o desenvolvimento de Timor-Leste.

Neste momento, a Indonésia representa mais do que um vizinho próximo e solidário, é também um exemplo de estabilidade, de democracia e de crescimento económico que inspira Timor-Leste.

Com o estabelecimento, em Bali, de uma Comissão da Verdade e Amizade, num esforço conjunto entre Timor-Leste e Indonésia, foi possível reforçar ainda mais esta amizade e contribuir para a paz na região do Sudeste Asiático. Acredito que a nossa história comum e os difíceis processos que sofremos e ultrapassámos, possam servir de exemplo na região e no mundo, enquanto baluarte da paz e reconciliação.

Orgulhamo-nos de termos conseguido construir relações de amizade e parceria com praticamente todos os países do mundo, numa política externa de zero inimigos. As nossas relações com os nossos países vizinhos são excelentes, temos laços de

amizade privilegiados na África, Europa e América Latina e, claro, com os países da região da Ásia e do Pacífico.

Excelências
Senhoras e Senhores,

Os povos desenvolvem-se quando conseguem ultrapassar as suas próprias fraquezas.

É um processo complexo que leva o seu tempo. Um país a dar os seus primeiros passos no caminho do desenvolvimento e que carrega às costas o fardo pesado de um passado de conflito, comete erros e assiste a retrocessos.

Na verdade, depois da nossa independência, entrámos num ciclo vicioso de conflitos em cada dois anos, como que a lembrar-nos que a paz é um bem muito delicado e que tem que ser extremamente cuidado.

As lideranças têm que ser frequentemente lembradas de que o povo, aqueles que ofereceram os seus sacrifícios para alcançar a independência, ainda não sentem os proveitos da liberdade. E só uma liderança próxima do povo é que consegue garantir a estabilidade e desenvolver a nação.

Foi necessário impor uma vontade política nas instituições para cooperarem entre si na busca das soluções, que de outra forma conduziriam a uma falta de discernimento para enfrentar e solucionar as crises.

É uma aprendizagem árdua esta de aprender a viver em democracia. E da mesma maneira que não existe liberdade para um povo que não a consiga alcançar pelos seus próprios meios, também não existe verdadeiro desenvolvimento se não for alcançado pelo esforço da própria sociedade.

O diálogo permanente e genuíno e a cooperação entre todos os Órgãos de Soberania e a Sociedade Civil foram fundamentais para sair do ciclo vicioso de conflitos.

Para além da reconciliação, que se revelou fundamental, a capacitação das nossas comunidades, foi também um elemento essencial para manter a paz no país.

Exigir a um Povo que coloque os interesses colectivos acima das suas necessidades individuais e que abrace uma nova luta com fervor, a de desenvolvimento nacional, que exige também sacrifícios e uma grande paciência, é um empreendimento difícil.

Foi neste contexto que, em 2009, no 10º aniversário do Referendo, foi lançado o mote para a nossa Nação: “Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento”.

E, felizmente, desde então começámos a viver um novo ambiente de segurança, estabilidade e confiança no futuro. Estamos a implementar o nosso *Plano Estratégico de Desenvolvimento*, conseguimos alcançar taxas de crescimento económico das mais

elevados do mundo e estamos cada vez mais perto de concretizar o nosso objectivo de adesão plena à ASEAN.

Senhoras e senhores,

Cada nação tem o seu próprio contexto, a sua própria história, a sua própria cultura. Cada independência foi conquistada de forma única e cada processo de desenvolvimento tem a sua realidade e os seus próprios factores internos.

No entanto, acredito que cada povo tem na sua natureza o mesmo anseio, o de viver em paz e harmonia.

É neste sentido que valorizo o diálogo. O diálogo no interior de cada nação e o diálogo internacional com respeito pela soberania de cada país, onde não se tente impor os interesses aos mais fracos e vulneráveis, num sentimento de supremacia de valores.

A paz mundial nunca será alcançada enquanto prevalecer a hipocrisia política, nos bastidores do mundo ocidental, que criam ódios e confrontos, que criam desconfianças e vinganças, e sentimentos generalizados de insatisfação. No Diálogo de Shangri-La, fiz um apelo aos países Ocidentais para não rotularem pessoas, organizações como “inimigas”, já que essa tendência não ajuda a resolver problemas. Pelo contrário, promove a exclusão, o isolamento e o medo.

Temos que passar da hostilidade e desconfiança para o entendimento mútuo, para a reconciliação e para a cooperação. O diálogo internacional e os actos multilaterais dos líderes mundiais têm que ser incansáveis no cumprimento deste desígnio.

Excelências

Senhoras e senhores,

Timor-Leste não esquece a sua responsabilidades perante a consolidação da paz no mundo, pois apesar do período negro da nossa história também fomos um privilegiado receptor da ajuda internacional para a construção da nossa nação, o que também tem contribuído para que vivamos em paz e em liberdade.

Não só os Parceiros de Desenvolvimento de Timor-Leste mas também cidadãos de todo o mundo, incluindo os Filipinos e a APCET, dedicaram-se à nossa causa, trabalharam connosco e permitiram que a paz chegasse às famílias timorenses, para que o nosso sonho fosse feito realidade. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer a Jaime de los Santos e a Rodolfo Tor pelo papel importante que desempenharam na nossa construção nacional.

A história não deve ser ignorada, todos os indivíduos contam. Não só os actos altruístas de líderes famosos que marcam a história da humanidade mas também os indivíduos anónimos que colocam a sua vida ao serviço dos outros, devem ser reconhecidos.

A paz, senhoras e senhores, começa em cada um de nós e acaba com cada um de nós.

Gostaria, ainda antes de terminar, de chamar a vossa atenção para uma colaboração nova e importante entre muitas das nações frágeis do mundo – o chamado grupo 'g7+'.

O grupo foi formado em 2010 para dar uma voz unida a países frágeis e para defender alterações ao nível das políticas de desenvolvimento global. O 'g7+' sabe por experiência própria que sem paz e estabilidade é impossível haver desenvolvimento. Não houve uma única nação frágil ou afectada por conflitos a concretizar um só Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.

Isto significa que não será possível erradicar a pobreza no mundo sem primeiro dar resposta às questões de países frágeis e afectados por conflitos. É por esta razão que as nações do 'g7+' estão a trabalhar em conjunto para garantir que a agenda de desenvolvimento pós-2015 dará resposta à necessidade de paz e estabilidade e que as perspectivas dos Estados frágeis são centrais para o diálogo global.

Timor-Leste tem a honra de liderar este grupo e colocar a sua experiência ao serviço de todas as nações frágeis e em situação de conflito, promovendo a paz como o meio e fim último do desenvolvimento.

Ainda este ano vamos apoiar a realização de um Conferência em Díli, a ser organizada pelo Conselho Asiático para a Paz e Reconciliação. O CAPR foi estabelecido em Setembro do ano passado, em Bangucoque, e tem como membros fundadores distintas personalidades da Ásia, incluindo o meu amigo José de Venecia, o ex-Vice-Presidente da Indonésia, Jusuf Kalla, e o nosso ex-Presidente da República, Dr. José Ramos-Horta, hoje RESG na Guiné-Bissau.

Acompanho com interesse os últimos desenvolvimentos nas Filipinas. O Governo e o povo filipinos têm sido grandes apoiantes do desenvolvimento de Timor-Leste, como comprova a forte presença da comunidade filipina no nosso país. Não posso deixar de aproveitar esta oportunidade para agradecer este apoio e solidariedade, também em nome do povo timorense.

Para terminar, gostaria de prestar a minha homenagem ao Governo das Filipinas e à Frente Moro de Libertação Nacional pelos esforços desenvolvidos para encontrar uma solução pacífica, global e duradoura para as questões que os separam.

Faço votos para que continuem determinados na via do diálogo, a única arma capaz de deter as insurgências e ultrapassar as diferenças.

Não tenho dúvidas de que a maioria cristã e a maioria muçulmana aspiram ambas à paz. Talvez tenha chegado o tempo de as maiorias silenciosas pela paz darem a mão

às minorias – como disse antes, é mais difícil encher um coração de paz do que de ódio!

No entanto, construindo confiança e promovendo a tolerância, o diálogo e a reconciliação, é possível um mundo de paz.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão